



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
LICENCIATURA EM LETRAS – HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA**

RHAYSSA ROCHA FARIA

***A COR DA DENÚNCIA: ÚRSULA E A ESCRAVA ISAURA NO IMAGINÁRIO
ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX***

**PALMAS
2026**

RHAYSSA ROCHA FARIA

**A COR DA DENÚNCIA: *ÚRSULA* E A *ES CRAVA ISAURA* NO IMAGINÁRIO
ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação de Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa da Unidade Campus Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do título de Licenciado(a) em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Abrão da Silva Castilho

PALMAS
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

F224c Faria, Rhayssa Rocha
A COR DA DENÚNCIA: ÚRSULA E A ESCRAVA ISAURA NO
IMAGINÁRIO ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX / Rhayssa Rocha
Faria. – Palmas, TO, 2026.
44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras -
Habilitação em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO,
2026.

Orientadora: Dra. Juliana Abrão da Silva Castilho

1. Escravidão. 2. Literatura. 3. Racismo. I. Castilho, Juliana Abrão
da Silva. II. Título.

CDD 400

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins
de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a).**

RHAYSSA ROCHA FARIA

**A COR DA DENÚNCIA: ÚRSULA E A ESCRAVA ISAURA NO IMAGINÁRIO
ABOLICIONISTA DO SÉCULO XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à coordenação do
Curso de Licenciatura em Letras –
Habilitação em Língua Portuguesa
do Instituto Federal do Tocantins –
IFTO, Campus Palmas-TO, como
exigência à obtenção do grau de
Licenciatura em Letras - Habilitação
em Língua Portuguesa.

Aprovado em: 26/01/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JULIANA ABRÃO DA SILVA CASTILHO
Data: 30/01/2026 10:41:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Juliana Abrão da Silva Castilho
IFTO – Campus Palmas

Documento assinado digitalmente
 SORAIA CRISTINA BLANK ARRAES
Data: 30/01/2026 15:15:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Soraia Cristina Blank Arraes

IFTO – Campus Palmas

Documento assinado digitalmente
 CARLOS EDUARDO PANOSSO
Data: 31/01/2026 12:32:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Carlos Eduardo Panosso

IFTO

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À professora Soraia Cristina Blank Arraes, agradeço pelo apoio incondicional desde os primeiros passos do meu projeto. Sua orientação, paciência e confiança foram decisivas para que minha escrita e ideias se consolidassem com clareza e rigor acadêmico.

À minha orientadora, professora Juliana Abrão da Silva Castilho, manifesto minha sincera admiração e reconhecimento. Sob sua supervisão, este processo tornou-se não apenas leve, mas profundamente enriquecedor. Aprendi a organizar minhas ideias, estruturar meus argumentos e aprimorar minha escrita de maneira significativa. Sua competência, generosidade e incentivo constante transformaram minha trajetória acadêmica e fizeram deste trabalho uma experiência de aprendizado memorável.

À minha amiga Josyanne Moreira de Oliveira, estudante do curso de Letras, agradeço pelo apoio constante, pelas escutas atentas e pelas contribuições valiosas nos momentos mais desafiadores da escrita. Sua amizade, sensibilidade e talento são inspirações que acompanham este trabalho.

Agradeço também a todos os professores do IFTO – Campus Palmas, cujas aulas, orientações e incentivo ao longo do curso formaram a base sólida da minha formação acadêmica, permitindo que eu construísse esta pesquisa com confiança e dedicação.

A todos que participaram desta trajetória deixo meu sincero reconhecimento. Este trabalho reflete não apenas minha dedicação, mas também a influência de cada um de vocês em meu crescimento pessoal e acadêmico.

RESUMO

Este trabalho analisa como *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, representam a escravidão no século XIX. A pesquisa mostra que Firmina denuncia a violência do cativeiro a partir da perspectiva negra, enquanto Guimarães suaviza a crítica ao idealizar uma “escrava branca”. Fundamenta-se em Antonio Cândido, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga e Achille Mbembe para compreender a literatura como expressão da vida social e instrumento de resistência simbólica. Discute-se ainda o apagamento histórico de *Úrsula* e como o cânone literário brasileiro reforçou desigualdades raciais e de gênero, evidenciando a necessidade de uma leitura decolonial para a formação da identidade nacional.

Palavras-chave: Escravidão. Literatura. Racismo.

ABSTRACT

This study examines how *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis, and *A Escrava Isaura*, by Bernardo Guimarães, portray nineteenth-century slavery. Firmina exposes the violence of enslavement from a Black perspective, while Guimarães softens criticism through the idealized figure of the “white slave.” The research is grounded in Antonio Cândido, Lélia Gonzalez, Kabengele Munanga, and Achille Mbembe, understanding literature as an expression of social life and a tool of symbolic resistance. It also addresses the historical erasure of *Úrsula* and the role of the Brazilian literary canon in reinforcing racial and gender inequalities, highlighting the need for a decolonial reading of national identity.

Keywords: Slavery. Literature. Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
MÉTODO E MODELO DE PESQUISA.....	8
MARCAS DO CATIVEIRO: A ESCRAVIDÃO COMO UMA HERANÇA ESTRUTURANTE DA IDENTIDADE NACIONAL.....	11
MEMÓRIA SELETIVA: O ESQUECIMENTO DE ÚRSULA.....	16
A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO ESCRAVIZADO EM ÚRSULA.....	21
Análise da obra.....	24
O BRANQUEAMENTO SIMBÓLICO EM A ESCRAVA ISAURA.....	26
Análise comparada das narrativas.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

A escravidão no Brasil oitocentista configurou-se como uma das instituições mais desumanas e estruturantes da história nacional, deixando marcas profundas nas dimensões econômicas, sociais e culturais do país. Mais do que um sistema de exploração, o cativeiro instituiu um modo de organização da sociedade baseado na hierarquização racial e na naturalização da desigualdade, cujos efeitos se estendem para além do século XIX e ainda se fazem sentir nas estruturas simbólicas do presente. Nesse contexto, a literatura do período surge como um espaço privilegiado de elaboração e disputa de sentidos sobre a escravidão, tornando-se não apenas testemunho histórico, mas também instrumento de intervenção ideológica e de formação do imaginário nacional.

Entre as diversas produções literárias que trataram da temática, destacam-se *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães. Ambas se inserem no contexto do Romantismo brasileiro e dialogam com as transformações políticas e morais que antecederam o movimento abolicionista. No entanto, suas abordagens sobre o sujeito escravizado revelam perspectivas distintas: enquanto *Úrsula*, escrita por uma mulher negra, propõe uma crítica contundente à lógica da escravidão e oferece voz à experiência subalterna, *A Escrava Isaura* suaviza a denúncia ao idealizar uma personagem cuja brancura simbólica distancia-se da realidade dos corpos negros, reforçando, assim, os limites do discurso liberal de seu tempo.

A escolha desse tema justifica-se pela relevância de compreender como a literatura participou ativamente da construção do imaginário abolicionista e, por consequência, da memória social brasileira. Refletir sobre *Úrsula* e *A Escrava Isaura* significa revisitar o modo como a ficção traduziu e, ao mesmo tempo, tensionou os valores de uma sociedade escravocrata, evidenciando que a arte também é um campo de disputa política e de representação identitária. Além disso, a análise comparativa entre essas duas obras permite discutir o apagamento histórico de Maria Firmina dos Reis e o processo de consagração de autores masculinos e brancos, revelando como o cânone literário reflete desigualdades de gênero e raça que atravessam a própria formação da cultura nacional.

Metodologicamente, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada na análise crítica e comparativa das obras *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, consideradas em seus contextos histórico, social e ideológico de produção e recepção. A leitura literária parte da concepção de literatura como forma de expressão da vida social, conforme a crítica de Antonio Cândido, articulando-se a estudos sobre imaginário nacional e naturalização da desigualdade, especialmente a partir das reflexões de Marilena Chauí. Dialoga-se ainda com a crítica sobre cânone, autoria e silenciamento, mobilizando leituras contemporâneas que permitem compreender o apagamento de Maria Firmina dos Reis e os limites ideológicos do discurso abolicionista oitocentista. Tal perspectiva possibilita examinar como a representação do sujeito escravizado participa da disputa simbólica em torno de humanidade, liberdade e pertencimento social no Brasil do século XIX.

Assim, investigar as representações da escravidão em *Úrsula* e *A Escrava Isaura* implica reconhecer a literatura como um espelho crítico da sociedade e como instrumento de resistência simbólica. Ao recuperar a voz pioneira de Maria Firmina dos Reis e confrontar os limites ideológicos da obra de Bernardo Guimarães, este trabalho propõe uma reflexão sobre a construção da identidade nacional marcada pela herança do cativo. Em última instância, busca-se compreender como o discurso literário do século XIX contribuiu tanto para perpetuar quanto para questionar os fundamentos de uma nação edificada sobre o silêncio, o sofrimento e a esperança de libertação.

MÉTODO E MODELO DE PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e interpretativa, e caracteriza-se como um estudo bibliográfico de caráter analítico. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pelo interesse em compreender os sentidos simbólicos, ideológicos e sociais que atravessam as obras literárias analisadas, considerando a complexidade dos fenômenos históricos e culturais nelas representados. Nesse sentido, a investigação busca apreender a lógica interna dos discursos literários, articulando texto, contexto e formas de representação, em consonância com a perspectiva de Minayo (1994), segundo a qual a pesquisa

qualitativa se dedica à análise da realidade em sua totalidade, atentando para os significados produzidos nas práticas sociais e discursivas.

O corpus da pesquisa é composto pelos romances *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis e *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. Para a análise de *Úrsula*, foi utilizada a segunda edição da Coleção Acervo Brasileiro, volume 2, publicada em 2018, pela editora Cadernos do Mundo Inteiro, em Jundiaí (SP). Trata-se de um projeto editorial integral organizado por Eduardo Rodrigues Vianna, que se baseia na ortografia original de 1859, posteriormente atualizada, preservando a fidelidade ao texto histórico. A escolha dessa edição fundamenta-se na preocupação metodológica com a mediação editorial, uma vez que paratextos, atualizações ortográficas e critérios de edição interferem diretamente na leitura crítica da obra. Para *A escrava Isaura*, foi utilizada a edição original publicada em 1875, pelas editoras Garnier e Belhatte, no Rio de Janeiro e em Paris, consultada em versão digitalizada, disponibilizada em 2011. A seleção dessas edições visa garantir coerência histórica e rigor analítico, respeitando as condições de produção e circulação dos textos no contexto oitocentista.

Embora os dois romances tenham sido lidos integralmente, a análise não se propõe a abarcar todos os seus aspectos formais ou narrativos, concentrando-se em recortes temáticos específicos. O foco central da investigação incide sobre as representações do sujeito negro, a construção do corpo escravizado, a configuração da voz narrativa e a articulação entre raça e gênero, considerando ainda a função ideológica do narrador em cada obra. Esses recortes foram definidos a partir dos objetivos da pesquisa e refinados ao longo do processo de leitura e releitura do corpus, o que permitiu delimitar com maior precisão os limites analíticos do estudo.

A análise literária desenvolvida nesta pesquisa fundamenta-se ainda na concepção crítica de Antonio Cândido, para quem a obra literária deve ser compreendida a partir da articulação entre sua estrutura estética e o contexto social que a produz. Segundo o autor, “a integridade da obra não permite adotar visões dissociadas, sendo necessário fundir texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (Cândido, 2006, p. 13). Desse modo, os elementos históricos, raciais e sociais não são tratados como fatores externos ou meramente ilustrativos, mas como componentes internos da organização estética dos romances

analisados, orientando a leitura comparativa de *Úrsula e A Escrava Isaura*.

Como método de análise, foi empregada a Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Laurence Bardin (2016). Essa metodologia consiste em um conjunto de técnicas que possibilitam a descrição sistemática e objetiva do conteúdo das comunicações, permitindo inferências sobre as condições de produção e de recepção das mensagens. Segundo Bardin (2016, p. 47), o processo analítico exige do pesquisador a capacidade de “compreender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, mas também desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem”, o que demanda rigor, coerência e organicidade na condução da análise. O rigor metodológico, conforme ressalta a autora, não se mede pela simples nomeação do tipo de pesquisa, mas pela descrição clara e pormenorizada do percurso seguido pelo pesquisador e pela justificativa das escolhas realizadas ao longo do processo (Bardin, 2016).

O percurso metodológico desenvolveu-se em três etapas, em conformidade com as fases da Análise de Conteúdo propostas por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretação. Na fase de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante e integral das duas obras, seguida de múltiplas releituras, com o objetivo de identificar temas recorrentes, perfis de personagens, estratégias narrativas e marcas discursivas relacionadas à representação da escravidão e do sujeito negro. Esse processo incluiu a utilização de exemplares físicos e digitais das obras, com marcações diretas no texto, bem como o registro sistemático de excertos relevantes em uma planilha digital, o que possibilitou a organização inicial do material empírico.

Na etapa de exploração do material, foram definidas as unidades de registro e de contexto, a partir das quais se construíram categorias analíticas como idealização racial, apagamento da negritude, denúncia da escravidão, resistência simbólica, subjetividade do sujeito escravizado e função ideológica da voz narrativa. Essas categorias não foram estabelecidas de forma rígida ou prévia, mas emergiram do diálogo entre o referencial teórico adotado e a leitura atenta do corpus, respeitando o caráter flexível da Análise de Conteúdo no campo das ciências humanas. Conforme destaca Bardin (2016), as categorias devem ser compreendidas como agrupamentos dinâmicos, passíveis de reorganização ao longo do processo analítico, de acordo

com as exigências do material analisado.

Por fim, na fase de tratamento dos resultados e interpretação, os dados obtidos foram analisados de maneira articulada ao referencial teórico da pesquisa, permitindo a construção de uma leitura comparativa entre as duas obras. Embora a análise tenha sido conduzida inicialmente de forma separada, respeitando as especificidades estéticas, ideológicas e históricas de cada romance, a etapa interpretativa possibilitou o confronto sistemático dos resultados, evidenciando as diferenças e tensões entre as representações da escravidão elaboradas por Maria Firmina dos Reis e Bernardo Guimarães. Dessa forma, o percurso metodológico adotado não se limita a um procedimento técnico, mas constitui uma escolha teórica e interpretativa coerente com os objetivos do estudo e com o campo da crítica literária de orientação sociocultural.

MARCAS DO CATIVEIRO: A ESCRAVIDÃO COMO UMA HERANÇA ESTRUTURANTE DA IDENTIDADE NACIONAL

No processo de formação da sociedade brasileira, a escravidão não foi um episódio isolado ou um desvio moral corrigido pela assinatura de uma lei; foi antes o próprio alicerce de uma nação fundada sobre a desigualdade, o que faz dela uma marca indelével na tessitura da identidade nacional. A experiência do cativo deixou de ser apenas um fato histórico para se converter em uma estrutura simbólica, econômica e social que, até os dias atuais, organiza os modos de pensar, sentir e representar o outro. Assim, o que chamamos de Brasil moderno carrega, em suas camadas mais profundas, as cicatrizes de um passado que ainda insiste em determinar quem pode ter voz, corpo e humanidade reconhecidos.

Nesse sentido, a escravidão pode ser compreendida não como um status jurídico circunscrito ao período colonial, mas como um processo histórico de transformação identitária que se prolonga para além da experiência individual do cativo. Conforme aponta a perspectiva sociológica, o escravizado é despojado de sua identidade social anterior e inserido à margem de um novo grupo, processo cujos efeitos simbólicos e sociais tendem a se estender para as gerações seguintes. Tal dinâmica contribui para a permanência de hierarquias raciais e para a naturalização da exclusão social no Brasil pós-abolição.

É nesse horizonte que as obras *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e de *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, inscrevem-se como espelhos e

contrapontos de uma sociedade em transição. Ambas emergem em um século XIX convulsionado por debates sobre liberdade e cidadania, mas em que o imaginário coletivo permanecia preso à lógica senhorial e patriarcal. A literatura romântica, ainda que se pretendesse moralizadora e sensível, reproduziu em muitos aspectos o pacto de silenciamento sobre o corpo negro, convertendo a dor da escravidão em metáfora e a violência em paisagem sentimental. Entretanto, *Úrsula*, escrita por uma mulher negra, rompe com esse ciclo ao inscrever na linguagem literária a memória do sofrimento escravocrata e a voz subalterna como testemunho. Essa diferença de abordagem evidencia que a literatura não apenas reflete o contexto histórico, mas participa ativamente da disputa simbólica em torno da definição de humanidade, liberdade e pertencimento social.

A herança do cativo, portanto, não se restringe à materialidade da chibata ou às estruturas físicas das senzalas, mas persiste como uma lógica de exclusão e hierarquização racial que organiza as relações de poder na modernidade brasileira. A abolição formal da escravidão não foi acompanhada por políticas estruturais capazes de integrar a população negra à vida social, econômica e política do país, o que contribuiu para a reprodução de desigualdades historicamente construídas. Tal continuidade evidencia que a ruptura jurídica não implicou, necessariamente, uma transformação profunda das bases sociais herdadas do regime escravocrata.

Estudos históricos demonstram que, no período pós-abolição, a população negra permaneceu submetida a condições precárias de trabalho e a processos sistemáticos de marginalização social. A ausência de iniciativas estatais voltadas à inclusão dos libertos favoreceu a consolidação de estigmas raciais e de práticas excludentes que atravessaram o final do século XIX e o início do século XX. Nesse sentido, como observam Braick e Mota (2007):

Após a abolição, a vida dos negros não sofreu muitas alterações, uma vez que não houve preocupação de integrá-los à sociedade. Alguns ex-escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Outros conseguiram empregos precários nas regiões rurais ou então seguiram para as cidades, formando uma mão de obra marginalizada. Milhares de negros libertos dirigiram-se para o Rio de Janeiro. Como o mercado de trabalho na região da capital não conseguiu absorver todo o contingente, foi grande o número de desempregados e subempregados. Todos considerados, na época, preguiçosos, malandros e vadios pelas elites. Juízos de valor que em certa medida persistem, numa evidência de que o preconceito é continuamente alimentado por uma situação de inferioridade social [...]. (Braick e Mota, 2007, p. 488 - 489)

Esse quadro histórico evidencia que a abolição da escravidão não significou

uma ruptura efetiva com a lógica do cativo, mas antes sua reconfiguração sob novas formas de exclusão e hierarquização racial. A permanência dessas desigualdades permite compreender as narrativas literárias do século XIX como produções de uma sociedade atravessada por contradições profundas, na qual a crítica à escravidão convivia com a manutenção de imaginários raciais excludentes. As representações do sujeito escravizado, nesse contexto, revelam os limites ideológicos de uma formação social que denunciava o cativo sem romper integralmente com as bases simbólicas da exclusão da população negra.

O imaginário racial brasileiro foi fortemente marcado por concepções que associavam progresso, civilização e humanidade à brancura. Esse conjunto de ideias foi amplamente difundido no Brasil oitocentista e pode ser observado nas análises históricas de Lilia Schwarcz, que reconstrói criticamente as representações raciais predominantes no período. Conforme afirma a autora:

[...] a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita, como também adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação. Ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força, em finais do século XIX, um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual. A hibridação das raças significava, nesse contexto, “um tumulto”, sendo compreendida como um obstáculo à civilização e ao progresso nacional. (Schwarcz, 1993, p. 13)

Essa representação racial ajuda a compreender por que a literatura abolicionista dominante precisou recorrer à idealização da “escrava branca” como estratégia de sensibilização moral. Em *A Escrava Isaura*, a denúncia da escravidão só se torna aceitável na medida em que se afasta do corpo negro real, reproduzindo simbolicamente a lógica do branqueamento descrita por Schwarcz. Em contrapartida, *Úrsula* rompe com esse imaginário ao humanizar personagens negros sem submetê-los à lógica da purificação racial, inscrevendo na narrativa literária uma crítica mais radical à estrutura escravocrata.

À luz dessa análise, observa-se que o branqueamento simbólico operado em *A Escrava Isaura* não constitui apenas uma escolha estética ou narrativa, mas expressa uma função ideológica da literatura no contexto da formação do imaginário nacional. Conforme a concepção de Antonio Cândido, a obra literária, ainda que se apresente como ficção, mantém vínculos profundos com as estruturas sociais que a produzem, funcionando como forma de expressão e, muitas vezes, de legitimação

das tensões e hierarquias vigentes. Nesse sentido, o romance de Bernardo Guimarães, ao condicionar a empatia moral à proximidade com a brancura, reafirma valores raciais compartilhados por uma elite que associava civilização, progresso e humanidade à purificação étnica, tal como analisado por Schwarcz. Em contraste, *Úrsula* rompe com essa lógica ao deslocar o centro da humanidade para o corpo negro real, tensionando o imaginário racial dominante e subvertendo a função ideológica tradicional da literatura oitocentista.

Essa construção literária dialoga com o desenvolvimento, no século XIX, de doutrinas pseudocientíficas que buscavam legitimar a desigualdade racial por meio de explicações naturalizantes. Conforme analisa Stolcke (1991), teorias como o darwinismo social e a eugenia forneceram uma base ideológica para ocultar as raízes históricas e socioeconômicas da desigualdade, atribuindo-a a supostas inferioridades biológicas, lógica que atravessa tanto o discurso científico quanto o literário do período.

Em sentido oposto, a escrita de Maria Firmina dos Reis tensiona esse imaginário ao denunciar que a verdadeira servidão não se limita aos grilhões físicos, mas se manifesta também no campo simbólico, por meio da negação sistemática da humanidade da população negra. Ao conceder voz narrativa a personagens negros e escravizados, *Úrsula* rompe com a tradição literária que relegava essas figuras à condição de objetos da narrativa, transformando-as em sujeitos de memória, dor e denúncia. Essa escolha estética e política evidencia o potencial da literatura como espaço de contestação das hierarquias raciais e dos discursos hegemônicos.

A construção do imaginário nacional no século XIX esteve fortemente vinculada a discursos que exaltavam a harmonia racial e a suposta pacificidade do povo brasileiro, instaurando uma tensão permanente entre a narrativa oficial da nação e a experiência concreta de negros e ex-escravizados. No processo de consolidação do Estado-nação, intelectuais desempenharam papel central na formulação de uma ordem discursiva que racializou a sociedade e instituiu o chamado “problema negro” como questão nacional, articulando saberes e poder na legitimação das hierarquias sociais (Pinho, 2008).

Esse imaginário nacional funda-se em um mecanismo simbólico que Marilena

Chauí denomina mito fundador, responsável por produzir uma leitura idealizada da origem da nação e por atualizá-la continuamente como forma de orientar a compreensão do presente. Segundo a autora:

Se também dizemos mito fundador é porque, à maneira de toda fundatio, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. (Chauí, 2000, p. 6)

Trata-se, portanto, de um dispositivo que naturaliza determinadas interpretações da realidade social e silencia conflitos estruturais, funcionando como fundamento simbólico do imaginário nacional brasileiro.

No caso brasileiro, esse processo se materializa também por meio dos chamados semióforos, signos investidos de valor simbólico e autoridade social que sustentam ideologias de poder e exclusão. Narrativas que apresentam o Brasil como uma nação ordeira, pacífica e cordial operam como instrumentos de legitimação do status quo, contribuindo para a aceitação de uma ordem social profundamente desigual. A literatura oitocentista participa ativamente dessa engrenagem simbólica, ora reafirmando tais construções, ora tencionando-as a partir de diferentes posicionamentos ideológicos.

É nesse ponto que se tornam visíveis as diferenças estruturais entre *A Escrava Isaura* e *Úrsula*. Enquanto a narrativa de Bernardo Guimarães dialoga, ainda que parcialmente, com o mito fundador ao privilegiar valores como pureza moral, sensibilidade e idealização da brancura como condição de reconhecimento humano, a obra de Maria Firmina dos Reis rompe com esse horizonte conciliador. Em *Úrsula*, a experiência histórica e afetiva do sujeito negro é incorporada à linguagem literária, deslocando o foco da compaixão individual para a denúncia da violência estrutural do cativo.

A insistência do mito fundador na benignidade do povo e na fertilidade da terra produz, desse modo, uma contradição profunda entre o ideal de brasilidade e a experiência concreta da escravidão. Ao mesmo tempo em que reforçava uma identidade nacional supostamente civilizada e pacífica, esse imaginário silenciava a

brutalidade histórica do cativo e dificultava a integração social dos negros libertos. Reconhecer essa contradição é fundamental para compreender que as marcas da escravidão não se encerram na história formal da abolição, mas permanecem inscritas nas instituições, nos imaginários e nas práticas sociais.

O cativo, portanto, não se apresenta apenas como um episódio histórico encerrado no passado, mas como um código cultural ainda operante, infiltrado na linguagem, nas instituições e nas representações artísticas. A literatura crítica do século XIX constitui um espaço privilegiado para o enfrentamento dessa herança, pois permite fissurar a memória oficial e expor as tensões que atravessam a identidade nacional, forjada entre o ideal de civilização europeia e a negação sistemática das matrizes africanas. Reconhecer essas marcas implica um exercício de memória e de consciência histórica indispensável para compreender o Brasil como uma nação plural, construída também a partir da resistência daqueles que sobreviveram à violência da escravidão.

MEMÓRIA SELETIVA: O ESQUECIMENTO DE ÚRSULA

O cânone literário brasileiro formou-se em um contexto histórico marcado por interesses ideológicos e políticos que buscavam definir quais vozes seriam reconhecidas como legítimas na construção da identidade nacional. Como observa Röhrig (2016, p. 4), tratava-se da “[...] difícil tarefa de propor uma imagem da nação que dava seus primeiros passos fora do domínio político português”, o que implicou a seleção de narrativas capazes de sustentar um projeto específico de brasilidade. Essa busca por “inventar o Brasil” refletiu valores eurocêntricos, patriarcais e elitistas, privilegiando autores homens, brancos e pertencentes às classes letradas, enquanto silenciava produções que destoavam desse modelo. Assim, a literatura canônica não apenas expressou uma estética dominante, mas também consolidou uma hierarquia simbólica que excluiu sujeitos marginalizados, especialmente mulheres e pessoas negras, do projeto de representação cultural do país. A teatralidade desse processo de consagração revela que o cânone funcionou, muitas vezes, como um espaço de legitimação do poder, no qual apenas determinadas narrativas puderam ser vistas, ouvidas e perpetuadas como expressão da nação.

A construção do cânone literário brasileiro foi marcada por uma memória seletiva, que privilegiou determinados autores e apagou outros, especialmente

aqueles cujas vozes desafiaram as estruturas raciais e patriarcais de poder. Nesse contexto, o romance *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, constitui um exemplo emblemático de apagamento simbólico e intelectual. Primeira narrativa abolicionista escrita por uma mulher negra no Brasil, a obra permaneceu desconhecida por mais de um século, sendo redescoberta apenas no final do século XX.

O esquecimento da obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, é um dos exemplos mais expressivos de como o sistema literário brasileiro foi moldado por uma memória seletiva, que excluiu as vozes femininas e negras do espaço de consagração. A autora maranhense escreveu e publicou seu romance em um contexto social que negava às mulheres, especialmente às mulheres negras, o direito de produzir pensamento e arte. Como observa Hooch-Demarle (1991, apud Silva, 2009, p. 2), “nos idos do século XIX a escrita pública era uma prática considerada masculina [...] tocar em assuntos tão sérios, como a escravidão ou a abolição, era assunto de homem”.

A própria Maria Firmina, ciente das limitações impostas por seu tempo, reconhece em seu prefácio as barreiras sociais que enfrentava ao escrever:

Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados [...] (Reis, 2018, p. 11).

Esse trecho evidencia uma dupla exclusão: ser mulher e ser brasileira e, implicitamente, ser negra num espaço literário dominado por homens brancos e instruídos. Firmina escreve a partir da margem, com consciência de que sua voz seria lida como inferior, mas, ainda assim, desafia o sistema ao narrar o sofrimento e a humanidade dos escravizados sob uma perspectiva ética e empática.

Segundo Nascimento (2009), em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis usa a estética romântica para contrapor-se à cultura da escravidão, incorporando os escravizados como sujeitos e subvertendo a ideologia do nacionalismo romântico. Essa leitura permite compreender o romance como uma obra pioneira de resistência, cuja potência política foi historicamente silenciada por uma crítica literária que privilegiou representações consideradas mais “aceitáveis” da escravidão, como a de *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães.

Enquanto Maria Firmina constrói uma narrativa que concede centralidade à

experiência histórica e moral do sujeito negro, Bernardo Guimarães apresenta uma “escrava branca”, cuja beleza, docilidade e pureza tornam sua condição de cativo mais palatável à sensibilidade da elite imperial. No diálogo entre Malvina e Isaura, observa-se de forma explícita o apagamento simbólico do corpo negro: “És formosa, e tens uma cõr tão linda, que ninguém dirá que gyra em tuas veias uma só gota de sangue africano” (Guimarães, 2018, p. 12).

Em contraposição, *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, alcançou ampla circulação e reconhecimento. Sua protagonista, descrita como uma “escrava branca”, foi exaltada como símbolo de pureza e virtude, o que tornou a denúncia da escravidão mais aceitável às sensibilidades da elite. A recepção entusiasmada da obra, que posteriormente foi adaptada para o rádio, o cinema e a televisão, demonstra como o imaginário abolicionista do século XIX preferiu a figura da “escrava idealizada” à mulher negra consciente e resistente retratada por Maria Firmina dos Reis.

A invisibilidade da obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, por mais de um século, constitui um sintoma do funcionamento seletivo do cânone literário brasileiro. Apesar de ter participado ativamente da vida intelectual maranhense, publicando livros e colaborando em jornais, revistas literárias e antologias como o Parnaso Maranhense, a escritora foi praticamente esquecida da historiografia literária até a década de 1970. Como observa Nascimento Moraes Filho (1975, s/n):

Descobrimo-la, casualmente, em 1973, ao procurar nos bolorentos jornais do século XIX, na ‘Biblioteca Pública Benedito Leite’, textos natalinos de autores maranhenses para nossa obra, ‘Esperando a Missa do Galo’. Embora participasse intensamente da vida intelectual maranhense publicando livros ou colaborando quer em jornais e revistas literárias quer em antologias - ‘Parnaso Maranhense’ - cujos nomes foram relacionados, em nota, sem exceção, por Sílvio Romero, em sua História da Literatura Brasileira, registrada no cartório intelectual de Sacramento Blake - o ‘Dicionário Bibliográfico Brasileiro’ - com surpreendentes informações, quase todas ratificadas em nossa pesquisa, Maria Firmina dos Reis, lida e aplaudida no seu tempo, foi como que por amnésia coletiva totalmente esquecida: o nome e a obra! (1975, s.p.).

Esse “achado casual” evidencia, longe de indicar mero acaso, a ausência histórica de políticas sistemáticas de preservação e valorização da produção intelectual de autoras negras. O apagamento de Maria Firmina dos Reis revela um processo estrutural de deslegitimação de saberes e autorias negras, sustentado por uma lógica epistemológica que historicamente excluiu mulheres e pessoas negras dos espaços de reconhecimento e consagração literária.

Esse processo de apagamento sistemático da produção intelectual negra pode ser compreendido à luz do conceito de epistemicídio, amplamente desenvolvido por Sueli Carneiro a partir das reflexões de Boaventura de Sousa Santos. Segundo a autora, tal processo não se limita à ausência de registros ou à negligência historiográfica, mas opera como um mecanismo estrutural que deslegitima o negro como sujeito cognoscente, inviabilizando o reconhecimento de seus saberes, produções intelectuais e narrativas históricas.

[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural [...] condição para alcançar o conhecimento 'legítimo' ou legitimado" (Carneiro, 2005, p. 96-97).

Sob essa perspectiva, o esquecimento prolongado de *Úrsula* não pode ser interpretado como mero descuido da crítica literária, mas como efeito de um mecanismo de exclusão operado no interior do campo literário brasileiro, cujas consequências se estenderam por mais de um século. A exclusão de Maria Firmina dos Reis do cânone evidencia a recusa histórica em reconhecer uma mulher negra como autora legítima e produtora de conhecimento literário, sobretudo quando sua escrita confrontava diretamente as bases raciais, patriarcais e escravocratas da sociedade oitocentista.

A recomposição da trajetória de Maria Firmina dos Reis permite observar, de forma concreta, os efeitos e as fissuras do processo de exclusão epistemológica anteriormente discutido. A partir da década de 1970, com o trabalho de Nascimento Moraes Filho e de outras pesquisadoras, a trajetória de Maria Firmina começou, lentamente, a ser reconstruída. Moraes Filho publicou *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (1975), obra fundamental para a redescoberta da autora, e organizou novas edições de seus textos. Em 1976, foi lançada a segunda edição fac-símile de *Cantos à beira-mar*, e apenas em 1988, no centenário da abolição, *Úrsula* ganhou sua terceira edição, organizada por Luiza Lobo. Segundo Zin,

[...] pela primeira vez na história o romance *Úrsula* passou a integrar a lista de leituras obrigatórias para o vestibular de uma Universidade pública federal brasileira, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De forma inédita, a instituição julgou por bem mudar a concepção da prova de literatura para o exame de 2019 e incluiu, entre as demais referências da produção literária de língua portuguesa, as obras de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus (já contemplada na edição anterior) e Florbela Espanca. Para um romance que até então, era desconhecido pela grande maioria do público, até que *Úrsula* está conseguindo se restabelecer, não?

(Zin, 2019, p. 9).

Esse marco simboliza não apenas o reconhecimento tardio da obra, mas também o início de uma reconfiguração do cânone literário brasileiro, que começa a abrir espaço para vozes e perspectivas antes silenciadas. Trata-se, contudo, de um movimento ainda incipiente, que evidencia tensões e disputas no interior do campo literário, mais do que uma ruptura plenamente consolidada com o cânone tradicional.

Nos últimos anos, o legado de Maria Firmina dos Reis tem se expandido para além da academia, alcançando espaços de valorização cultural e popular. A publicação da obra completa da autora pela Edições Câmara, em 2019, reafirma sua importância como mulher negra, educada e protagonista da resistência feminina, destacando a força de sua literatura para refletir sobre escravidão, sexismo e o papel da mulher na sociedade patriarcal do século XIX (Câmara Dos Deputados, 2019, s.p.).

O reconhecimento público de Firmina se intensificou com a homenagem na 20ª Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) em 2022, quando se tornou a primeira escritora negra a ser autora homenageada do evento, consolidando sua presença no debate literário nacional (FLIP, 2022). Paralelamente, pesquisas acadêmicas recentes, como estudos publicados em 2024 sobre sua atuação na imprensa maranhense e dissertações de mestrado dedicadas a *Úrsula*, demonstram a crescente valorização da autora em programas de pós-graduação e na crítica literária contemporânea (Revista Investigações, 2024). Publicações populares, como *Extraordinárias: Mulheres que revolucionaram o Brasil* (Souza; Cararo, 2017), contribuem ainda para que Firmina seja reconhecida pelo público geral, reforçando a progressiva reinscrição de sua obra na memória cultural e literária brasileira.

O caso de *Úrsula* expõe como o cânone literário brasileiro, ao longo do tempo, operou de maneira seletiva, consolidando a imagem de um país cuja produção literária seria essencialmente branca e masculina. A redescoberta de Maria Firmina dos Reis, e a consequente valorização de sua obra, mostram que há uma necessidade urgente de revisão crítica dessa tradição. Reconhecer o apagamento de Firmina é também reconhecer o silenciamento de tantas outras vozes que, por não se adequarem ao modelo estético e social dominante, foram marginalizadas. Hoje, ao ser relida e celebrada, Maria Firmina não apenas reivindica o lugar que lhe foi negado, mas também convida a repensar o próprio conceito de literatura

nacional, suas exclusões e possibilidades de reparação simbólica e histórica.

A REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO ESCRAVIZADO EM ÚRSULA

Maria Firmina dos Reis é reconhecida como a primeira escritora negra do Brasil e uma das pioneiras na construção de uma literatura comprometida com a liberdade e com a dignidade humana. No século XIX, período marcado pela exclusão das mulheres da esfera pública e pelo silenciamento sistemático das pessoas negras, Firmina publica *Úrsula* (1859), obra que desafia as convenções estéticas e ideológicas do romantismo brasileiro. O romance supera o molde sentimental predominante e assume uma postura crítica diante da escravidão, articulando também uma reflexão sobre a posição social da mulher e do negro no Brasil oitocentista.

A produção da autora evidencia uma consciência literária e social inusual para o contexto em que vivia. Filho (1975, p. 21) registra que Firmina foi “lida e aplaudida no seu tempo”, o que demonstra que, apesar das barreiras impostas por uma sociedade patriarcal e racista, sua escrita encontrou circulação e reconhecimento nos meios intelectuais. Esse entendimento é reforçado por Zin (2016, p. 87), ao afirmar que:

[...] o que nos leva a crer que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comuns a uma mulher afrodescendente e que vivia distante dos perímetros da Corte [...] (Zin, 2016, p. 25).

A originalidade de Maria Firmina dos Reis não está apenas no ato pioneiro de publicar um romance em meio a condições sociais profundamente adversas, mas sobretudo na maneira como representa as pessoas escravizadas dentro da narrativa. Enquanto grande parte dos autores do século XIX reproduzia modelos literários que reduziam personagens negros a figuras passivas, tipos estereotipados ou elementos alegóricos destinados a reforçar a perspectiva branca, Firmina rompe com esse paradigma ao construir sujeitos dotados de interioridade, memória e consciência crítica. Essa inflexão se torna evidente quando Susana, ao rememorar sua trajetória e refletir sobre o futuro da menina que ama, expressa uma profundidade emocional e uma consciência social raramente concedidas a personagens negros no período:

— Túlio — continuou —, não sabes quanto sofro quando recordo-me de que a nossa querida menina vai tão breve ficar só no mundo! Só, Túlio! Quem a acompanhará? Quem poderá consolá-la? Eu? Não. Pouco poderei demorar-me neste mundo. Meu filho, acho bom que não te vás. Que adianta trocares um cativo por outro! E sabes tu se aí o encontrarás melhor? Olha, chamar-te-ão, talvez, ingrato, e eu não terei uma palavra para defender-te. (Reis, 2018, p. 86)

Essa elaboração subjetiva confirma que Reis concede aos personagens escravizados complexidade moral e afetiva, rompendo com a tradição de silenciamento que marcava grande parte da literatura romântica. Essa inflexão se evidencia na análise de Muzart, que destaca o tratamento da Abolição na produção feminina do período:

A questão da Abolição vai ser quase um leit-motiv da pena feminina e isso tanto no Brasil como em outros países. Na França, por exemplo, com Olympe de Gouges, Germaine de Staël, la duchesse de Duras, Marceline Desbordes-Valmore e, na Inglaterra, com Aphra Behn – todas escritoras brancas e da classe alta. Somente com *Úrsula* teremos uma visão diferente do problema. (Muzart, 2013, p. 255)

Ao retomar a análise, Muzart evidencia a singularidade de *Úrsula* no interior da literatura abolicionista escrita por mulheres. Embora o tema da escravidão estivesse presente em diversas produções femininas europeias, essas narrativas partiam, em geral, de um olhar externo, marcado pela distância social e racial em relação ao sujeito escravizado. A escrita de Maria Firmina dos Reis, por sua vez, desloca esse ponto de vista ao inscrever na narrativa uma perspectiva que emerge da experiência negra, rompendo com a idealização e com a mediação paternalista que caracterizavam boa parte dessas obras.

Essa diferença de perspectiva pode ser compreendida à luz das críticas formuladas pelo feminismo negro brasileiro, que problematizam os limites de discursos universalizantes sobre gênero e opressão. Ao desconsiderar a centralidade da raça nas hierarquias sociais, tais discursos acabam por invisibilizar as experiências históricas das mulheres negras e por reforçar, ainda que de forma indireta, o ideal de branqueamento presente na sociedade brasileira. É nesse sentido que a reflexão de Sueli Carneiro se mostra fundamental para compreender o alcance político e simbólico da obra de Maria Firmina dos Reis.

Ao analisar os limites históricos do feminismo brasileiro, de acordo com Gonzalez (2000, apud Carneiro, 2003, p. 57), as concepções feministas no país foram marcadas por um viés eurocêntrico, que omite a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero e universaliza valores de uma cultura particular, desconsiderando os processos históricos de dominação e exploração entre brancos e não brancos. Esse apagamento contribui para um distanciamento da realidade vivida pelas mulheres negras e nega uma história de resistências e protagonismo.

A análise de Carneiro (2003, p. 57) evidencia a singularidade da escrita de Maria Firmina dos Reis, uma vez que *Úrsula* se distancia tanto do feminismo universalizante quanto da literatura abolicionista dominante, ao inscrever personagens negros como sujeitos históricos e afetivos. Diferentemente das narrativas que falam sobre o escravizado a partir de um ponto de vista externo, Firmina concede voz, memória e consciência aos personagens negros, rompendo com a lógica do branqueamento simbólico e com a negação da experiência negra apontadas por Carneiro. Assim, a representação do sujeito escravizado em *Úrsula* não apenas denuncia a violência do sistema escravista, mas também afirma a legitimidade da experiência negra como centro da narrativa literária.

A representação do sujeito escravizado em *Úrsula* destoa profundamente da tradição literária oitocentista, que historicamente confinou personagens negros à margem da narrativa e os estereotipou como figuras inferiores, caricatas ou desprovidas de subjetividade. Como observa Achugar (2006), os espaços narrativos podem ser compreendidos como dois planetas: o “centro”, onde se encontra a fala legítima, e a “periferia”, marcada pela carência e pela ausência de voz. Nesse contexto, a preocupação do escritor regionalista é apresentar o drama humano de forma direta, sem recorrer a exotismos, destacando a marginalização, o isolamento das periferias e a dificuldade de que essas experiências sejam reconhecidas, uma vez que o drama humano só se torna visível quando mediado por instituições ou por discursos autorizados.

Essa seletividade também se manifesta em outras produções do período, como o poema *Navio Negreiro*, de Castro Alves. Embora seja um texto marcante da denúncia do sistema escravocrata, nele o negro não fala; alguém fala *sobre* ele. O eu lírico assume o papel de defensor, enquanto a figura do escravizado permanece silenciada. O poema convoca heróis europeus e nacionais — e não personagens

negros — para reivindicar a libertação dos cativos. Assim, até mesmo obras de crítica social reforçam a lógica centralizada que Carvalho aponta.

É justamente esse modelo que Maria Firmina dos Reis rompe de forma pioneira ao compor *Úrsula*. Diferentemente da tradição literária hegemônica, Reis estrutura sua narrativa de forma a conceder voz, memória e densidade psicológica aos personagens negros, como se evidencia no relato de Susana, que narra sua história com profundidade emocional e consciência própria:

Sim, para que estas lágrimas?... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... Ali eu a gozei na minha mocidade! [...] Ah, meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos [...] E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade! [...] Vou contar-te o meu cativeiro (Reis, 2018, p. 87).

Assim, os personagens negros deixam de ocupar funções decorativas e passam a atuar como sujeitos de sua própria experiência. Como afirma Nascimento (2009), Firmina reposiciona o escravizado dentro da forma romanesca, oferecendo-lhe espaço e relevância narrativa:

O negro não deixa de ser escravo, mas sua articulação enquanto personagem arma-se dentro de uma estética muito peculiar, por apresentá-lo como sujeito importante para o desenvolvimento da trama literária, e não como uma mera personagem secundária. (Nascimento, 2009, p.107)

Firmina utiliza elementos do Romantismo — estética dominante da época — para subverter a ideologia nacionalista que sustentava o próprio movimento. Ao recorrer a traços românticos como o tom confessional, o apelo ao sentimentalismo e a valorização da interioridade, a autora desloca esses recursos da figura branca idealizada para a subjetividade negra. Em vez de reafirmar idealizações abstratas, ela incorpora ao romance a realidade brutal do cativeiro e confere aos sujeitos subalternizados humanidade plena, memória, afeto e consciência histórica. Assim, *Úrsula* apresenta o escravizado a partir de sua própria vivência, e não pela mediação do olhar branco.

Análise da obra

A narrativa de *Úrsula* apresenta momentos de intensa denúncia social, em que Maria Firmina dos Reis evidencia a desumanização imposta aos negros escravizados e a crueldade do sistema escravista. A autora rompe com o silêncio histórico, concedendo voz e subjetividade aos cativos, algo inédito na literatura do século XIX. Em várias passagens, o leitor é convidado a sentir o peso da dor e da opressão vivida pelos personagens, como se a escritora utilizasse a ficção para testemunhar o sofrimento coletivo do povo negro. Como afirma a própria autora: “Não há descanso para o seu corpo, nem tranquilidade para seu espírito desvairado pelo terror de tantos e tão contínuos sofrimentos!” (Reis, 2018, p. 124).

Esse trecho evidencia como o corpo do escravizado é retratado como espaço de sofrimento contínuo, sem alívio nem esperança. A narrativa assume um tom de denúncia que ultrapassa o sentimentalismo romântico, aproximando-se de uma crítica social direta ao sistema escravista.

Outro momento significativo da obra revela o medo e a submissão forçada dos escravos diante do poder absoluto de seus senhores. Em uma passagem marcante, Reis descreve:

Os míseros escravos gemeram de ódio e de dor, mas nem a mais leve exprobração, nem um sinal de justa indignação se lhes pintou no rosto. Eram escravos, estavam sujeitos aos caprichos de seu bárbaro Senhor (REIS, 2018, p. 134).

Nesse trecho, a autora aborda a dimensão psicológica do cativeiro, em que a opressão se torna tão profunda que o medo silencia até o direito à indignação. A submissão forçada é denunciada não como fraqueza, mas como resultado da brutalidade de um sistema que anula a humanidade dos escravizados.

Em outra passagem, nos é apresentado um dos momentos mais comoventes da narrativa: o reencontro entre Túlio e sua mãe, Susana. Ao revelar-se livre, o personagem carrega o sonho coletivo por liberdade e a concretização da esperança, em uma fala profundamente simbólica:

Tu! Tu livre? Ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre? [...] Iludi-la! – respondeu ele, rindo-se de felicidade – e para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo é hoje livre, livre como o pássaro, como as águas: livre como o éreis na vossa pátria (Reis, 2018, p. 86).

Esse diálogo é essencial para compreender o caráter libertário da obra e a aproximação da autora com as questões mais profundas que atravessam o cotidiano

das pessoas retratadas pelo corpus literário. Reis rompe com o discurso da resignação e oferece uma nova perspectiva sobre a condição do negro, representando-o como sujeito de emoção, consciência e desejo de liberdade.

O relato de Susana, por sua vez, é o ápice da denúncia de Maria Firmina dos Reis. A partir da voz de uma mulher negra e idosa, a autora reconstrói a experiência traumática da travessia atlântica, humanizando as vítimas da escravidão:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras [...]. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos.” (Reis, 2018, p. 88-89).

Nesse momento, através da poética da obra, Maria Firmina resgata a memória trágica e coletiva da diáspora africana, a desumanização imposta aos que foram aprisionados em África, transformados em mercadoria e traficados através dos mares. Ao permitir que Susana narre sua própria história, a autora subverte a tradição literária que, até então, silenciava as pessoas negras e inscreve na obra literária uma perspectiva humanizadora e anticolonial.

Assim, *Úrsula* torna-se uma obra pioneira não apenas pela sua autoria feminina e negra, mas por constituir-se como um espaço de resistência simbólica, em que o discurso literário se transforma em instrumento de denúncia e afirmação da humanidade.

O BRANQUEAMENTO SIMBÓLICO EM A ESCRAVA ISAURA

A Escrava Isaura (1875), de Bernardo Guimarães, inscreve-se no imaginário literário do século XIX como uma obra que, embora se apresente como denúncia da escravidão, opera simultaneamente um processo de branqueamento simbólico que suaviza a crítica ao sistema escravista e desloca o eixo da violência para uma figura feminina idealizada. Ao construir uma protagonista branca, bela, educada e dotada de virtudes morais consideradas superiores, Guimarães não apenas cria uma personagem excepcional, mas estabelece um parâmetro racializado para a definição de quem “merece” ou não a liberdade.

Em *A Escrava Isaura*, Bernardo Guimarães, talvez implicitamente, acabava por mostrar que a escravidão é injusta apenas para entes tão excepcionais como Isaura, que por ser branca, bela e culta não mereceria a condição de

cativa. Mas para os escravos negros, feios e iletrados, a escravidão lhes caía bem. Tirando Isaura, nenhum dos outros escravos, como Rosa, André ou tia Joaquina são redimidos, não mereciam a liberdade, parece dizer o autor. Isaura carregava as virtudes que lhe tornavam injusta a condição de cativa, os outros não (Alves, 2012, p. 41)

Esse mecanismo literário se articula com uma lógica social mais ampla, marcada pela racialização do corpo e pela hierarquização de gênero que estruturam o Brasil oitocentista. A forma como Guimarães constrói Isaura responde diretamente a um imaginário patriarcal que definia o valor moral da mulher a partir da cor da pele. Gilberto Freyre (1933) evidencia esse sistema ao registrar o ditado popular do século XIX segundo o qual a mulher era “branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar” (Freyre, 2003 [1933], p. 72). Essa fórmula sintetiza a ideologia que atribuía à brancura o monopólio da pureza e da legitimidade familiar, ao passo que relegava mulheres negras e mestiças ao trabalho forçado ou à exploração sexual. Ao fazer de Isaura uma mulher branca aprisionada injustamente, Guimarães reinscreve essa lógica na ficção: sua protagonista encarna o ápice da feminilidade idealizada, e é justamente essa brancura simbólica que legitima sua humanidade e torna sua escravização um escândalo moral.

A excepcionalidade de Isaura, portanto, não é apenas narrativa: é racial. Seu sofrimento emociona e mobiliza porque recai sobre um corpo que, segundo o imaginário social da época, não deveria sofrer. Consequentemente, a violência cotidiana vivida pelos escravizados negros permanece obscurecida, naturalizada e muitas vezes tratada como parte da ordem social legítima. O romance, assim, opera uma dupla violência simbólica: denuncia a escravidão apenas quando atinge um corpo branco e invisibiliza a experiência histórica dos sujeitos negros, reforçando estereótipos de submissão, ignorância e feiura atribuídos às personagens como Rosa, André e Tia Joaquina.

A passagem a seguir evidencia como uma personagem é enquadrada por meio de marcadores corporais associados à sexualidade e à “malícia”, atributo frequentemente projetado sobre corpos femininos negros na literatura oitocentista:

Entre estas últimas distinguia-se uma rapariguinha a mais faceira e gentil, que se pode imaginar nesse gênero. Esbelta e flexível de corpo, tinha o rostinho mimoso, lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, húmidos, e vermelhos como boninas, que acabão de desabrochar em manhã de abril. Os olhos negros não erão muito grandes, mas tinham uma viveza e travessura encantadora. Os cabellos negros e

annelados, podião estar bem na cabeça da mais branca fidalga de além-mar. Ella porém os trazia curtos e mui bem frizados á maneira dos homens. Isto longe de tirar-lhe a graça, dava á sua physiono- • mia zombeteira e espivitada um chiste original e encantador. Se não fossem os brinquinhos de ouro [...]tomal-a-hieis por um rapazete maroto e petulante. Veremos em breve de que ralé era esta creança, que tinha o bonito nome de Rosa (Guimarães, 2011, p. 69).

A descrição evidencia como Rosa é representada por meio de uma mescla de erotização, exotização e desqualificação social (“de que ralé era esta criança”). O corpo da personagem é construído como espetáculo, marcado pela sensualidade naturalizada e pela transgressão implícita (“viveza”, “travessura”, “chispe”), reforçando estereótipos do feminino negro como lascivo, perigoso ou moralmente inferior. Em contraste com a branquitude idealizada de Isaura — cuja beleza é etérea, espiritualizada e associada à virtude — Rosa é enquadrada por um olhar que sexualiza e hierarquiza.

Esse contraste evidencia o mecanismo racial do romance: enquanto Isaura é humanizada pela pureza, Rosa é reduzida a corpo; enquanto Isaura mobiliza empatia, Rosa é exotizada e disciplinada. Assim, o romance não apenas falha em denunciar a violência estrutural da escravidão, mas também a reproduz literariamente, ao reforçar uma lógica racial que determina quais vidas merecem compaixão e quais são confinadas ao estereótipo.

A própria estrutura narrativa de Guimarães contribui para essa idealização. A ficção romântica, ao combinar elementos reais e imaginários, cria um mundo esteticamente suavizado que esvazia a brutalidade da escravidão. Nesse sentido, a reflexão de Deleuze (1993) ilumina o fenômeno:

Escrever não é narrar as recordações, as viagens, os amores e o luto, os sonhos e os fantasmas. É o mesmo pecar por excesso de realidade ou de imaginação: nos dois casos é o eterno papá-mamã, estrutura edipiana que projetamos no real ou que injetamos no imaginário. Trata-se de um pai que se vai buscar no fim da viagem, no seio de um sonho, numa concepção infantil da literatura (Deleuze, 1993, p. 3).

Assim, a literatura não apenas reproduz a sociedade, mas a reinventa segundo os afetos e fantasias que orientam sua construção estética; nesse processo, a escravidão é frequentemente filtrada por um imaginário que tende a suavizá-la e ressignificá-la. Em *Úrsula*, essa tensão é explicitada por meio da fala do personagem Túlio, que afirma: “Oh, a mente! Isso sim ninguém a pode escravizar!” (REIS, 2018, p. 31), evidenciando a oposição entre o cativo físico e a liberdade

subjetiva como forma de resistência. No entanto, quando esse princípio é apropriado por narrativas que privilegiam personagens brancos ou embranquecidos, como ocorre em *A Escrava Isaura*, a crítica à escravidão desloca-se do plano estrutural para o drama individual. Ao eleger a dor de uma personagem branca como centro da denúncia, o romance reforça a lógica de branqueamento que atravessava a sociedade brasileira do século XIX e contribui para a consolidação de uma memória literária que romantiza a escravidão e marginaliza as vozes negras.

A figura de Álvaro também é inclusa neste desse movimento de branqueamento simbólico. Ele não atua apenas como um defensor da justiça, mas como alguém investido de uma espécie de missão transcendente: corrigir um erro moral que ultrapassa o próprio sistema escravista. Como afirma Borim (2001),

A missão divina da qual Álvaro se incumbe é reparar um erro de Deus. O pecado do Criador não foi o de permitir a ignóbil prática da escravidão por quatro séculos no Brasil, mas, sim, o de jogar no cativeiro uma pessoa que não o merecia, pois tratava-se de Isaura, uma figura tão bela e bondosa (Borim, 2001. p.74).

A leitura de Borim torna evidente que, no romance, a escravidão não se apresenta como uma instituição estruturalmente injusta, mas como um acidente moral que se torna intolerável apenas quando recai sobre um corpo branco e idealizado. Dessa forma, *A Escrava Isaura* converte a violência da escravidão em um drama individual, retirando dela seu caráter histórico e coletivo. A narrativa, ao privilegiar a excepcionalidade da protagonista, reafirma hierarquias raciais que valorizam a brancura como marca de humanidade e destinam aos corpos negros a permanência na posição de sujeição.

Borim (2001) destaca que “o clássico de 1875 acaba por traduzir muito mais sobre as classes dominantes do que sobre os escravos, embora queira propagar e sensibilizar a população para com a causa do negro” (p. 67). A crítica do autor reforça que a obra projeta, sobretudo, o olhar moralista e paternalista da elite patriarcal e branca do século XIX, mais interessada em salvar uma figura semelhante a si mesma do que em denunciar o sistema que sustentava a exploração dos escravizados.

Esse deslocamento retórico revela a dimensão racializada da denúncia social proposta pelo romance. Isaura encarna o corpo que não deveria sofrer; sua dor é

excepcional, digna de indignação, porque sua aparência física e suas qualidades morais se aproximam do ideal feminino consagrado pela elite patriarcal do século XIX. Nesse sentido, a crítica de Guimarães não é universal, mas seletiva. Enquanto Isaura é construída como vítima inocente, injustiçada e superior, personagens como Rosa, André ou Tia Joaquina permanecem aprisionados nas representações estereotipadas que associam a negritude ao trabalho servil, à feiura ou à ignorância.

A seletividade denunciada por Borim torna-se ainda mais evidente quando contrastada com outras representações literárias do período, como a personagem Susana de *Úrsula*. A escrava idosa e negra, cuja aparência física revela os traumas do cativeiro, não recebe o mesmo tratamento afetivo ou moral concedido a Isaura. Enquanto Maria Firmina dos Reis confere a Susana profundidade, memória e resistência, Guimarães restringe seus personagens negros a funções secundárias, destituídos de subjetividade e excluídos da crítica moral do romance. Essa diferença evidencia, como observa Benevides (2017):

A africana cujo “corpo descarnado”, sua idade avançada e seus cabelos brancos denotam ausência de beleza, que a afasta da caracterização de um ente excepcional como é Isaura, mas que, tal como Isaura, a condição de cativa é injusta (Benevides, 2017, p. 13).

Assim, a denúncia social de *A Escrava Isaura* aplica-se apenas aos corpos que se aproximam do ideal branco de humanidade, reafirmando hierarquias raciais no próprio centro da narrativa.

O branqueamento simbólico presente na obra articula-se, portanto, com uma lógica mais ampla da literatura brasileira oitocentista. Como argumenta Cândido, a literatura funciona como um sistema que expressa os valores, tensões e contradições de seu tempo, de modo que mesmo autores que não se declaravam abolicionistas refletiam, ainda que parcialmente, os efeitos morais da escravidão em suas obras. Entretanto, poucos romperam com a hierarquia racial que estruturava o imaginário social, e Guimarães situa-se exatamente nesse ponto: embora frequentemente associado ao discurso abolicionista, reafirma a tese de que o sofrimento mais legítimo é o sofrimento branco.

Ao transformar Isaura em vítima excepcional, o romance desloca o problema da escravidão de uma crítica estrutural para uma injustiça individualizada, moralmente inaceitável apenas porque recai sobre um corpo construído como

símbolo de pureza e civilidade. Os corpos negros, por sua vez, permanecem naturalizados no espaço da senzala, invisibilizados como sujeitos de dor e excluídos do horizonte ético da narrativa. Dessa forma, *A Escrava Isaura* não apenas suaviza a crítica ao sistema escravista, mas reforça a ideologia de branqueamento que permeou a cultura brasileira do século XIX, encerrando-se como um dos exemplos mais emblemáticos do branqueamento simbólico na literatura nacional.

Análise comparada das narrativas

A leitura comparativa entre *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, e *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, é conduzida a partir de eixos analíticos que permitem evidenciar as diferenças estruturais, estéticas e ideológicas entre as duas narrativas abolicionistas. Essa abordagem analítica considera, sobretudo, a forma de representação do corpo do sujeito escravizado, a configuração da voz narrativa, o grau de agência atribuído às personagens negras e a função ideológica desempenhada pela narrativa no interior do discurso literário oitocentista. Enquanto Firmina constrói uma escrita que humaniza o sujeito negro a partir de sua experiência histórica, afetiva e discursiva, Guimarães elabora uma crítica à escravidão mediada pelo branqueamento simbólico e pela adequação às sensibilidades morais da elite letrada. Esses eixos orientam a análise desenvolvida neste capítulo, permitindo uma leitura contrastiva entre as duas obras.

A narrativa de *A Escrava Isaura* articula-se de modo a produzir uma denúncia moral da escravidão construída menos pela crítica estrutural do sistema e mais pela mobilização de valores sentimentais associados ao ideal feminino romântico. Bernardo Guimarães estrutura sua crítica por meio da sensibilidade, enfatizando a virtude, a pureza e o sofrimento espiritual de sua protagonista, elementos que funcionam como dispositivos afetivos para conduzir o leitor à compaixão. Assim, a violência do cativo é dramatizada sobretudo no plano emocional, resultando em uma abordagem que privilegia o drama individual em detrimento de uma reflexão direta acerca das bases econômicas, raciais e sociais da escravidão.

Essa operação narrativa torna-se evidente já na primeira descrição de Isaura, construída a partir de comparações que a aproximam de materiais nobres, brancos e luminosos. O narrador destaca que “A tez é como o marfim do teclado, alva que não

deslumbra” (Guimarães, 2011, p. 10), enfatizando uma brancura moderada, suave e harmoniosa, destinada a reforçar sua delicadeza e seu valor moral. Em seguida, sua fronte é descrita como “calma e lisa como mármore polido” (Guimarães, 2011, p. 10), recurso que novamente a associa a substâncias puras e refinadas. O próprio semblante recebe um tratamento quase espiritualizado quando o narrador afirma que Isaura parecia uma “mysteriosa lampada de alabastro guardando no seio diaplano o fogo celeste da inspiração” (Guimarães, 2011, p. 10), consolidando uma imagem de transcendência que ultrapassa a esfera corporal.

Essas metáforas não apenas constroem a beleza idealizada de Isaura, mas operam como estratégias de distinção: afastam a personagem das marcas históricas atribuídas ao corpo escravizado, especialmente a racialização, e a aproximam do modelo estético europeu que o romantismo brasileiro consagrou. A condição de escravizada adquire relevo justamente por contrastar com esse ideal de pureza; é a incongruência entre sua figura angelical e a realidade do cativeiro que produz a força emocional da narrativa. Trata-se, portanto, de uma crítica moral que se sustenta na construção de uma personagem depurada, estetizada e desligada do imaginário racial que estruturava o regime escravista, o que revela tanto os limites quanto as intenções do projeto literário de Guimarães.

A recepção crítica já identificou esse mecanismo narrativo, destacando que a obra constrói uma sensibilidade abolicionista restrita, dependente da idealização da vítima. É nessa direção que Moisés observa que,

O pensamento abolicionista de Bernardo Guimarães sai chamuscado quando observamos que o interesse pela *Escrava Isaura* resulta de sua beleza, não de sua condição. O ficcionista induz-nos a pensar que a solução do problema da escravatura residia na existência de moços endinheirados e dispostos a casar-se com escravas formosas; portanto, uma questão de ordem estética, sentimental (Moisés, 2001, p.486).

Essa leitura evidencia que a crítica empreendida pelo romance não se volta ao sistema escravista como instituição racializada, mas à injustiça sofrida por uma personagem cujo valor moral se ancora em sua brancura, docilidade e conformidade ao ideal feminino europeu. Assim, a denúncia de Guimarães é mediada por uma lógica de excepcionalidade: Isaura não é apresentada como vítima porque é escravizada, mas porque é *uma escravizada distinta*, cuja aparência e virtude

tornam sua submissão particularmente comovente aos olhos do leitor burguês do século XIX.

O apelo religioso de Isaura constitui um dos momentos mais expressivos desse mecanismo narrativo. Diante da ameaça de Leôncio, ela recorreu à intercessão divina, expressando seu desamparo absoluto e sua pureza moral. O narrador registra a súplica da protagonista, que se coloca em posição de humildade e sofrimento:

Virgem senhora da Piedade, Santíssima Mãe de Deos!... vós sabeis se eu sou innocente, e se mereço tão cruel tratamento. Soccorrei-me neste transe afflictivo, por que neste mundo ninguém pode valer-me. Livrae-me das garras de um algoz, que ameaça não só a minha vida, como a minha innocencia e honestidade. Illuminae-lhe o espirito, e infundi-lhe no coração brandura e misericórdia, para que se compadeça de sua infeliz captiva. E' uma humilde escrava, que com as lagrimas nos olhos, e a dor no coração vos roga pelas vossas dores sacrosantas, pelas chagas de vosso Divino Filho: valei-me por piedade (Guimarães, 2007, p. 105-106).

A extensão e intensidade desse trecho revelam a função da religiosidade como instrumento de sensibilização do leitor. Isaura é retratada não apenas como vítima de uma violência concreta, mas como figura quase sacralizada, alinhada a um ideal de pureza espiritual que reforça seu distanciamento do corpo escravizado historicamente associado à negritude. A oração, construída com léxico devocional (“penas sacrossantas”, “chagas”, “dor no coração”), aproxima a protagonista do paradigma cristão da santa sofredora, reforçando a lógica de branqueamento simbólico que permeia todo o romance.

Esse procedimento produz efeitos narrativos centrais que reforçam a lógica ideológica do romance. Ao elevar Isaura a um patamar moral superior, no qual sua inocência, religiosidade e virtude legitimam a empatia do leitor, a narrativa constrói uma hierarquia simbólica que distingue a protagonista das demais figuras escravizadas. Paralelamente, esse mesmo movimento desloca a escravidão para o âmbito da injustiça particular, apresentando o cativo como resultado da perversidade moral de indivíduos tirânicos, e não como uma instituição estruturalmente racializada. Dessa forma, a violência do sistema escravista é atenuada pela organização da dramaticidade narrativa: Isaura sofre não por ser escravizada, mas por ser uma escrava excepcionalmente pura submetida a um senhor cruel. Tal assimetria permite que o romance condene a escravidão sem

confrontar diretamente os mecanismos sociais e raciais que a sustentam, fazendo com que a crítica se apresente filtrada pela sensibilidade romântica, ancorada em uma ética sentimental e moralizante.

Outro aspecto fundamental da narrativa de *A Escrava Isaura* é a maneira como Bernardo Guimarães constrói hierarquias internas entre personagens escravizadas. Em vez de apresentar o grupo escravizado como coletivo marcado pelas desigualdades estruturais da escravidão brasileira, o romance individualiza as personagens segundo critérios de aparência física, comportamento e proximidade com valores europeizados. Com isso, instaura uma gradação simbólica que reforça o ideal de brancura e desloca parcialmente a crítica da escravidão para um campo moral, pautado pela comparação entre indivíduos.

O contraste entre Isaura e Rosa é um dos eixos mais ilustrativos dessa estratégia narrativa. Enquanto Isaura é construída como figura dócil, virtuosa e idealizada, Rosa passa a ser associada à inveja, à malícia e ao ressentimento, funcionando como contraponto moral da protagonista. O narrador explicita as motivações dessa rivalidade ao afirmar que:

Em diias palavras o leitor ficará inteirado do motivo desta malevolência de Rosa. Não era só pura inveja; havia ali alguma coisa de mais positivo, que convertia essa inveja em ódio mortal. Rosa havia sido de há muito a amasia de Leoncio [...]. A gentil mulatinha sentio-se cruelmente ferida em seu coração com esse desdém, e como era maligna e vingativa, não podendo vingar-se de seu senhor, jurou descarregar todo o peso de seu rancor sobre a pessoa de sua infeliz rival. (Guimarães, 2011, p. 76)

O trecho evidencia duas operações narrativas decisivas. Em primeiro lugar, Isaura é colocada em posição de distinção simbólica, associada a valores que a aproximam do ideal branco e civilizado, o que justifica sua preferência e proteção dentro da ordem senhorial. Em segundo lugar, Rosa é caracterizada a partir de atributos que dialogam com estereótipos racializados atribuídos às mulheres negras e mestiças no imaginário oitocentista, como a paixão desordenada, a inveja e a vingatividade. Dessa forma, a violência estrutural da escravidão é deslocada para um conflito moral entre personagens subalternas, atenuando a crítica ao sistema escravista enquanto tal.

Esse mecanismo tem implicações significativas para a recepção abolicionista do romance. Ao mesmo tempo em que denuncia o sofrimento de Isaura, a narrativa

reforça a ideia de que sua opressão é particularmente injusta porque ela se aproxima do ideal feminino branco, cristão e recatado. Em outras palavras, Isaura é digna de compaixão não apenas por ser escravizada, mas porque encarna os atributos socialmente valorizados em uma sociedade que hierarquiza corpos e moralidades.

Assim, o romance reafirma um padrão de legibilidade da dor: a dor da mulher “quase branca” é mais facilmente reconhecida, mais facilmente convertida em argumento moral contra a escravidão, enquanto as violências sofridas por mulheres escravizadas negras, representadas pelo estereótipo de Rosa, permanecem secundarizadas ou caricaturadas. Dessa forma, o sentimentalismo romântico, ao mesmo tempo que denuncia a opressão, se torna cúmplice de uma lógica de branqueamento simbólico que molda a construção da sensibilidade abolicionista do período.

A figura de Leôncio é central para compreender como *A Escrava Isaura* articula a denúncia moral da escravidão com convenções do romance folhetinesco. Guimarães constrói um antagonista cujas ações são marcadas pela hipersexualização, pelo autoritarismo e pelo abuso sistemático de poder. Esse personagem, embora inscrito dentro da lógica patriarcal e escravocrata que caracteriza o Brasil oitocentista, é apresentado como uma aberração moral individual: ele concentra em si a crueldade extrema, isolando o sistema escravista de suas próprias responsabilidades estruturais.

A narrativa insiste em destacar sua pulsão violenta e seu desejo de posse absoluta sobre Isaura, tratando-a não apenas como propriedade, mas como objeto de satisfação erótica. A descrição a seguir revela a intensidade de sua obsessão:

Leôncio impaciente e com o coração ardendo nas chamas de uma paixão febril e delirante não podia resignar-se a adiar por mais tempo a satisfação de seus libidinosos desejos. Vagando daqui para ali por toda a casa como quem dava ordens para reformar o serviço doméstico, que daí em diante ia correr todo por sua conta, não fazia mais do que espreitar todos os movimentos de Isaura, procurando ocasião de achá-la a sós para insistir de novo e com mais força em suas abomináveis pretensões. De uma janela viu as escravas fiandeiras atravessaram o pátio para irem jantar, e notou a ausência de Isaura [...] (Guimarães, 2011, p. 97).

A passagem opera em múltiplas camadas. Em primeiro lugar, o narrador mobiliza um vocabulário carregado (“paixão febril”, “libidinosos desejos”,

“abomináveis pretensões”) que reforça a monstruosidade moral do senhor. O erotismo violento é transformado em marca essencial de sua personalidade, um desvio patológico, não uma consequência estrutural do regime escravista. Com isso, a crítica à escravidão se desloca para a figura de um vilão excepcional, concentrando na perversidade de um indivíduo o que, na realidade histórica, era uma prática corrente do sistema colonial.

Também é preciso destacar que a cena revela a posição ambígua do corpo de Isaura dentro do romance. Sua vulnerabilidade é acentuada, mas essa vulnerabilidade está intrinsecamente ligada ao valor simbólico de sua brancura. É justamente porque Isaura é descrita como “pura”, “alvíssima” e moralmente exemplar que a ameaça representada por Leôncio adquire o tom dramático que sustenta o enredo. A escravidão aparece como tragédia sobretudo na medida em que atinge um corpo considerado “inadequado” ao cativo, um corpo que, ao aproximar-se do padrão branco, é percebido como incompatível com a violência sexual que historicamente atingia mulheres escravizadas negras.

Outro ponto de interesse relevante é o comportamento de Leôncio, que cumpre uma função narrativa estratégica: sua perseguição incessante movimenta a trama, justifica fugas, alianças, deslocamentos e reviravoltas folhetinescas como parte do enredo que captura a atenção o leitor. O antagonista é, portanto, o mecanismo que permite ao romance transitar entre o melodrama sentimental e o discurso moralizador. No entanto, ao tornar Leôncio o centro da crítica, o texto ameniza o caráter sistêmico da violência escravista, transformando a denúncia em espetáculo de opressão individualizada.

O ponto mais revelador dessa construção sentimentalista manifesta-se justamente no episódio em que Isaura, diante da ameaça de Leôncio, dirige-se à proteção divina, cena já apresentada anteriormente na citação longa. Nesse momento, sua declaração de que “neste mundo ninguém pode valer-me” (Guimarães, 2011, p. 105) sintetiza de forma precisa a lógica que orienta sua caracterização: Isaura não enfrenta, não reivindica e não age politicamente; ela roga, espera e se resigna. A narrativa reforça, assim, uma representação fundada na vulnerabilidade extrema e na pureza moral, atributos que a aproximam do ideal feminino romântico e burguês.

O recurso à súplica religiosa, além de intensificar o *pathos* melodramático da narrativa, opera como um mecanismo simbólico de deslocamento da crítica social. Ao concentrar a atenção na perversidade individual de Leôncio, o romance afasta do sistema escravista sua condição de agente central da violência, apresentando o sofrimento de Isaura como consequência da imoralidade de um sujeito específico, e não como expressão estrutural da instituição do cativo.

Essa operação narrativa pode ser compreendida à luz da concepção sociológica de Émile Durkheim, que entende a religião como um fato social. Para o autor, a religião constitui uma forma de representação coletiva, produzida socialmente, que atua na organização simbólica da vida social e na manutenção de determinados estados mentais e valores compartilhados pelos grupos. Nessa perspectiva, os discursos e práticas religiosas não se restringem à esfera individual da fé, mas desempenham uma função integradora e reguladora, frequentemente contribuindo para a naturalização de hierarquias e ordens sociais historicamente construídas (Durkheim, 1996).

Ao enfatizar a perversidade individual de Leôncio, o romance retira do sistema escravista sua condição de agente central da violência, transformando a escravidão em um cenário moral, e não em um problema histórico e político. Essa estratégia narrativa contribui para a manutenção de um imaginário que suaviza as bases raciais e materiais da escravidão, deslocando a crítica estrutural para o campo da moral individual.

A construção da pureza de Isaura opera dentro de um imaginário racializado, no qual sua fragilidade e inocência adquirem valor simbólico porque seu corpo é descrito como branco, delicado e próximo ao ideal feminino europeu. Essa idealização reforça um tratamento seletivo do sofrimento escravo, sugerindo que a escravidão é especialmente trágica quando recai sobre corpos considerados “respeitáveis” pela sensibilidade burguesa do período. A denúncia demonstra-se seletiva, uma vez que a figura da mulher negra escravizada, sujeita cotidianamente a violências, permanece à margem da narrativa, a ela não é dado destaque ou reparação.

Além disso, a súplica religiosa prepara o terreno para a entrada redentora de Álvaro, cuja função narrativa assume um caráter nitidamente paternalista. Ele surge como resposta à oração de Isaura, representando a autoridade masculina, branca e liberal que decide intervir para resgatá-la. Essa configuração reforça uma lógica de dependência: Isaura não se liberta por iniciativa própria, mas é libertada; não conduz sua trajetória, é conduzida; não reivindica, suplica. Assim, a narrativa consolida um modelo de emancipação que não questiona a ordem social, mas a reorganiza sob a tutela de um homem virtuoso.

O recurso à súplica religiosa, além de intensificar o pathos melodramático, opera como mecanismo de deslocamento da crítica social. Ao enfatizar a perversidade individual de Leôncio, o romance retira do sistema escravista sua condição de agente central da violência, apresentando o sofrimento da protagonista como resultado da imoralidade de um sujeito específico e não como expressão estrutural da instituição do cativeiro. Dessa forma, a obra transforma a escravidão em cenário moral, e não em problema histórico e político, contribuindo para a manutenção de um imaginário que suaviza suas bases raciais e materiais.

A construção da pureza de Isaura opera dentro de um imaginário que valoriza alguns corpos em detrimento de outros. Sua fragilidade e inocência só adquirem valor simbólico porque pertencem a um corpo branco, delicado e próximo ao ideal feminino burguês e europeu. Essa idealização reforça um tratamento diferenciado do sofrimento escravo, sugerindo que a escravidão é especialmente trágica e condenável quando recai sobre corpos considerados “respeitáveis” pela sensibilidade burguesa da época. A denúncia, portanto, não é universal; é seletiva. A figura da mulher negra escravizada, sujeita cotidianamente a abusos, permanece à margem da narrativa, legitimamente escravizada e desumanizada.

Além disso, a súplica prepara o terreno para a entrada redentora de Álvaro, cuja função narrativa é claramente paternalista. Ele surge como resposta à oração, encarnando a autoridade masculina, branca e liberal que decide intervir para resgatar a protagonista. Isso reforça a lógica de dependência: Isaura não se liberta, é libertada; não age, é conduzida; não reivindica, implora.

Assim, a narrativa consolida um modelo de emancipação que não desafia a ordem social, mas a harmoniza sob a tutela de um homem virtuoso. A súplica também prepara o terreno para a entrada redentora de Álvaro, cuja função narrativa assume um caráter nitidamente paternalista. Ele aparece como resposta à oração de Isaura, representando a autoridade masculina, branca e liberal que decide intervir para resgatá-la. Essa configuração reforça uma lógica de dependência: Isaura não se liberta por iniciativa própria, mas é libertada; não conduz sua trajetória, é conduzida; não reivindica, suplica. A narrativa, assim, consolida um modelo de emancipação que não questiona a ordem social, apenas a reorganiza sob a tutela de um homem virtuoso.

Essa cena evidencia o projeto ideológico de *A Escrava Isaura*: denunciar a crueldade individual sem problematizar a estrutura; sensibilizar o público pela via sentimental; e construir uma protagonista cuja legitimidade depende da conformidade ao ideal branco, feminino e cristão. Essa estética emocional foi fundamental para o enorme sucesso da obra, mas também determinante para os limites de sua crítica.

O romance formula uma crítica moral à escravidão que se apoia menos na análise do sistema e mais na dramatização do sofrimento de uma personagem apresentada como exceção. Ao idealizar Isaura como branca, pura e cristã, a narrativa desloca a violência escravista para o plano individual, transformando Leôncio no principal agente da perversidade e atenuando as dimensões raciais e institucionais que sustentavam o cativeiro. Essa escolha não apenas reforça hierarquias internas entre as personagens escravizadas, como também condiciona a comoção do leitor à aproximação da heroína aos valores da branquitude burguesa. Através da máscara de denúncia a obra colabora para a preservação dos elementos imagéticos que compunham o sustentáculo ideológico do sistema escravocrata, oferecendo uma crítica abolicionista sentimental e seletiva, cuja eficácia depende da idealização de uma vítima capaz de corresponder às expectativas morais do público do século XIX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa entre *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, e *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, evidencia não apenas dois projetos estéticos distintos, mas sobretudo duas concepções radicalmente divergentes sobre a representação da escravidão e sobre o lugar do sujeito negro na literatura brasileira oitocentista. Ao longo do trabalho, verificou-se que essas obras, embora pertencentes ao mesmo período histórico, operam com perspectivas ideológicas e formais que se distanciam de maneira profunda, revelando tensões estruturais do imaginário social brasileiro.

Em *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis inaugura uma escrita literária comprometida com a restituição da humanidade do sujeito escravizado. Ao conceder voz, memória e subjetividade a personagens negros como Susana e Túlio, a autora rompe com o silenciamento constitutivo do cânone romântico e subverte o ponto de vista hegemônico que tradicionalmente relegava o negro à condição de objeto narrativo. Sua escrita incorpora a dor coletiva da diáspora africana e transforma a ficção em instrumento de denúncia ética, abrindo espaço para uma crítica frontal ao sistema escravista e às hierarquias raciais que estruturavam o Brasil oitocentista. Firmina antecipa, de maneira pioneira, debates que só seriam reconhecidos pela crítica literária contemporânea décadas depois, revelando a urgência de revisões no cânone nacional.

Em sentido oposto, *A Escrava Isaura* manifesta um movimento de branqueamento simbólico que reduz a crítica ao escravismo à excepcionalidade de sua protagonista. A construção de Isaura como mulher branca, bela e moralmente superior evidencia que a denúncia do romance se ancora em valores estéticos e sentimentais, e não em uma contestação estrutural da escravidão. Dessa forma, o sofrimento legitimado é aquele inscrito em um corpo alheio à experiência histórica da população negra, perpetuando uma hierarquia racial que naturaliza o cativo de personagens negros e os confina a papéis secundários e estereotipados. A obra, embora marcada por intenções moralizantes, reforça o imaginário que associa humanidade plena à brancura e reduz a violência da escravidão a um drama individual e excepcional.

A comparação entre as duas narrativas demonstra que o século XIX brasileiro produziu discursos literários conflitantes sobre a escravidão: de um lado, a perspectiva eurocentrada que estetiza e suaviza a realidade do cativo; de outro, a voz insurgente que denuncia, desde dentro da experiência negra, a brutalidade física e psicológica imposta aos escravizados. Nesse sentido, o presente estudo confirma que *Úrsula* constitui um marco literário e político que desafia a memória oficial do país, contribuindo para a reconstrução de um cânone mais diverso, plural e comprometido com a restituição histórica de vozes silenciadas.

Por fim, evidencia-se que a leitura crítica dessas obras, especialmente quando contrapostas, permite compreender como a literatura brasileira não apenas refletiu, mas também moldou representações sociais sobre raça, gênero e poder. Ao recuperar a centralidade da escrita de Maria Firmina dos Reis e ao problematizar as limitações de *A Escrava Isaura*, este trabalho reafirma a importância de revisitar o passado literário a partir de novas perspectivas interpretativas. Assim, conclui-se que a revisão crítica do cânone não constitui apenas exercício acadêmico, mas um movimento necessário para o reconhecimento das múltiplas narrativas que compõem a história literária do Brasil e para a reparação simbólica de sujeitos que, por muito tempo, permaneceram à margem da tradição.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ALVES, Marcos Francisco. Os romancistas da abolição: representação do escravo e discurso abolicionista nas obras de Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENEVIDES, José Lucas Góes. A representação da mulher escravizada na literatura brasileira: uma leitura comparativa entre *Úrsula* e *A escrava Isaura*. Mafuá, Florianópolis, n. 27, 2017. ISSN-e 1806-2555.

BORIM, Dario. Retrato social às avessas: a inserção classista e sexista em *A escrava Isaura*. Revista de Crítica Literária Latinoamericana, Lima–Hanover, ano XXVII, n. 54, p. 67-75, 2. sem. 2001.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Úrsula* e outras obras: *Úrsula*; Gupeva; *A escrava*; Cantos à beira-mar. Brasília: Edições Câmara, 2019. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35999>. Acesso em: 5 jan. 2026.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. 2. reimpr. São Paulo: Abril, 2001.

DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: DELEUZE, Gilles. Crítica e clínica. Paris: Minuit, 1993. p. 11-17.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY (FLIP). Maria Firmina dos Reis é a homenageada da 20ª edição da Flip. 2022. Disponível em: <https://institucional.flip.org.br/noticia/maria-firmina-dos-reis-e-a-homenageada-da-20a-edicao-da-flip/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 2 tomos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969 [1933].

GUIMARÃES, Bernardo. A escrava Isaura. Rio de Janeiro; Paris: Garnier; Belhatte, 1875. Versão digitalizada, 2011.

HOOCK-DEMARLE, Marie-Claire. Ler e escrever na Alemanha. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). História das mulheres no Ocidente: o século XIX. São Paulo: Ebradil, 1991. v. 4, p. 171-172.

MACENA, Keyla Patrícia da Silva; AZEVEDO, Natanael Duarte de. Maria Firmina dos Reis na imprensa do século XIX. Revista Investigações, [S. l.], v. 37, n. 1, 2024. DOI: 10.51359/2175-294x.2024.258362.

MOISÉS, Massaud. História da literatura brasileira: das origens ao Romantismo. São Paulo: Cultrix, 2001. v. 1.

MORAIS FILHO, Nascimento. Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luís: Gráfica Gramada, 1975.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma pioneira: Maria Firmina dos Reis. Muitas Vozes, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 247-260, 2013.

NASCIMENTO, Juliano Carraput do. O negro e a mulher em *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis. Rio de Janeiro: Caetés, 2009.

NASCIMENTO, Juliano Carraput do. O romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no Romantismo brasileiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: ABA; EDUFBA, 2008.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 2. ed. Jundiaí, SP: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018. (Coleção Acervo Brasileiro, v. 2).

RÖHRIG, Maiquel. O cânone literário e sua relação com a educação na contemporaneidade. Educação & Formação, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 121-134, maio/ago. 2016.

SILVA, Régia Agostinho. “A mente, essa ninguém pode escravizar”: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

SOUZA, Duda Porto de; CARARO, Aryane (org.). Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil. 1. ed. São Paulo: Seguinte, 2017.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? Estudos Afro-Asiáticos, n. 20, p. 101-119, jun. 1991.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis através das imagens. In: Ciclo de palestras: 200 anos de Maria Firmina dos Reis. 16 maio 2022.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.